

O mastro está "sobrando" na Praça dos 3 Poderes

Para arquiteto da UnB, opinião é unânime. Mas acha que se deve fazer consulta popular

FERNANDO PINTO
Da Editoria de Cidade

Na perspectiva para quem está de dentro, o grotesco mastro de ferro escuro sobra no conjunto de monumentos de baixa altura, apunhalando o céu como uma pirâmide magrela pontuda além da conta e sem base sólida proporcional à sua extremidade oposta, dando a estranha impressão de que poderá cair a qualquer momento na cabeça da gente como uma árvore de raízes frágeis. Construída numa área de 286 metros quadrados, os 100 metros de altura obriga os poucos turistas que estão àquela hora na praça a dobrarem bastante o pescoço na tentativa de avistar a bandeira nacional que está ali hasteada "como símbolo perene da Pátria e sob a guarda do povo brasileiro", conforme o texto do Art. 12, do Decreto-lei 5.700 (1/9/71), imposta por quem ocupava na época (general Ernesto Garrastazu Médici) o Palácio do Planalto, isto no auge de um período de 20 anos que os historiadores convencionaram

Conforme já é do conhecimento público, o governador José Aparecido deixou praticamente acertado com autoridades da Unesco, na sua última viagem a Paris, o tombamento da Praça dos Três Poderes. Essa decisão sobre um dos mais significativo logradouros da paisagem urbanística de Brasília aconteceria como o fato mais marcante da reunião que esse órgão pretende realizar na capital federal brasileira no próximo ano, a convite do GDF. E o tombamento pela primeira vez no mundo de uma praça de pouco mais de 26 anos se constituirá numa mudança radical do conceito tradicional de que só se deve preservar no tempo e no espaço monumentos antigos. Concebida pelo gênio de Lúcio Costa ao ganhar o concurso do Plano-Piloto de Brasília, disputado conjuntamente pelos 26 melhores urbanistas do País, hoje a Praça dos Três Poderes já não é mais exatamente a mesma. Em seu espaço harmonioso e livre foram acrescentados outros monumentos estranhos à concepção original, como os "guerreiros", o "pombal" de Jânio (o presidente que tanto odiou a cidade), a parada de ônibus suja que faz lembrar uma cidadezinha do interior, o mastro da Bandeira e mais recentemente o Pantleón Tancredo Neves — em fase de construção. De todos esses, o que está sobrando no conjunto é o mastro de ferro, que a julgar pelo dito e ouvido nunca foi bem aceito pela população, inclusive por não poder descer o pavilhão nacional a meio-pau — o que provocou a revolta do povo quando da morte do presidente eleito Tancredo Neves.



Coutinho: mastro horrível

"Aquilo é uma coisa muito feia, completamente desajeitada, completamente inadequada àquele conjunto harmonioso da Praça dos Três Poderes".

Quem afirma isso como se estivesse fazendo um desabafo é o conhecido arquiteto José Carlos Coutinho, professor da UnB e identificado com Brasília há 18 anos. Muito embora ele admita que esta é a opinião unânime de seus colegas de profissão, é a favor de uma consulta popular a respeito para se decidir se o mastro "sai ou não sai dali".

DIREITO DE TODOS

O arquiteto Coutinho deixa bem claro que é inteiramente a favor da retirada "daquele monstro". E explica as suas razões.

"Eu sempre disse que o mastro era a única obra a respeito da qual sempre houve unanimidade de opiniões. Nunca ouvi uma opinião de alguém que dis-

chamar eufemisticamente de "O Ciclo dos Generais".

Agora que se cogita do tombamento da Praça dos Três Poderes, que deverá acontecer a partir da inauguração do Pantheon da Liberdade e da Democracia no próximo ano, que está sendo erigido em homenagem a Tancredo Neves — está na hora do desajeitado mastro de ferro ser fincado em outro lugar. O Prof. José Carlos Coutinho, com a autoridade de quem foi presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil e diretor do Instituto de Arquitetura e Urbanismo de Brasília, e titular da cadeira de Teoria Histórica de Arquitetura e Urbanismo, da UnB — acha que o mastro deve ser removido, mas não sem antes uma ampla consulta prévia a nível popular. Sobre a estética da obra resume a sua opinião: "aquilo é uma excrescência".

— "Assisti a colocação daquele mastro com um misto de náusea e revolta pelo que ele significava como símbolo político, além do mau gosto inerente à sua própria concepção".

sesse que o mastro é algo belo, que devesse permanecer ali — desde quando foi construído.

Nunca ouvi isso em relação a obra nenhuma. Há sempre alguém que acha bonito isso ou aquilo. O Palácio da Alvorada é um exemplo. Tem muita gente que acha que aquilo não passa de um "kitsch" (imitação vulgar deformada), que é uma forma perecível. Outros acham que aquilo é uma obra-prima belíssima. Mas a respeito do mastro, todos são unânimes: aquilo é horrendo, aquilo é uma excrescência. E como tal chegou a receber vários apelidos, inclusive de Supositório da Pátria, um apelido bemhumorado e adequado, diga-se de passagem...".

Mas ele insiste na necessidade de ouvir outros segmentos da comunidade brasiliense:

"Já existem outros precedentes que recomendam que nesses casos a comunidade seja sempre ouvida".

Lembra do caso da Caixa D'água de Taguatinga "coisa feia interferindo na paisagem local e até sem utilidade porque estava tecnicamente condenada. Mesmo assim, a população não quis que fosse demolida porque já tinha se acostumado a ela, como uma espécie de obelisco". Coutinho diz qual foi a sua posição no caso:

"Na ocasião, estava no Instituto de Arquitetos do Brasil e dei apoio à população porque no fim tem que prevalecer a vontade da comunidade, não a vontade de A ou B ou de um governante transitório da cidade. Acho que todos têm o direito de dar a sua opinião, é o povo, é o sorvetelheiro que trabalha na pra-

ça, é quem mora em Taguatinga, é quem mora em Brazlândia, porque afinal isso pertence a todos".

LEMBRANÇAS AMARGAS

E agora o homem José Carlos Coutinho procura se desvencilhar de pesadelos ocorridos por volta de 1971, quando o então presidente Médici inaugurou o mastro da Bandeira:

"Esse mastro está ligado a péssimas lembranças que eu tenho desse período de ditadura, lembranças muito amargas de arbitrios e perseguições. Assistir ao enorme fiasco que foi a tentativa de inauguração daquilo pelo Médici. E não concordo com a maneira pela qual o Sérgio Bernardes foi chamado na ocasião para substituir Oscar Niemeyer, depois do episódio do aeroporto, depois do episódio do estádio. Acho que foi absolutamente arbitrária a atuação do governo em relação a esses homens.

A propósito da iminência do tombamento da Praça dos Três Poderes, que tudo faz crer ocorrer até o final de 1987, Coutinho diz que não é contra. Mas faz ponderações:

"O tombamento é um instrumento muito drástico que visa à preservação de bens culturais. Acho que o que interessa propriamente não é só o tombamento. O que interessa é a preservação, isto porque muita coisa se tomba no País de forma absolutamente simbólica. São tombamentos políticos apenas visando o eventual prestígio de quem tomba, mas que não se reflete em benefício do bem tombado. Nós temos assistido obras tombadas carem por falta de cuidado, por falta de manutenção, por falta de preservação. Acho que o tombamento pode ser perfeitamente dispensável em alguns casos".

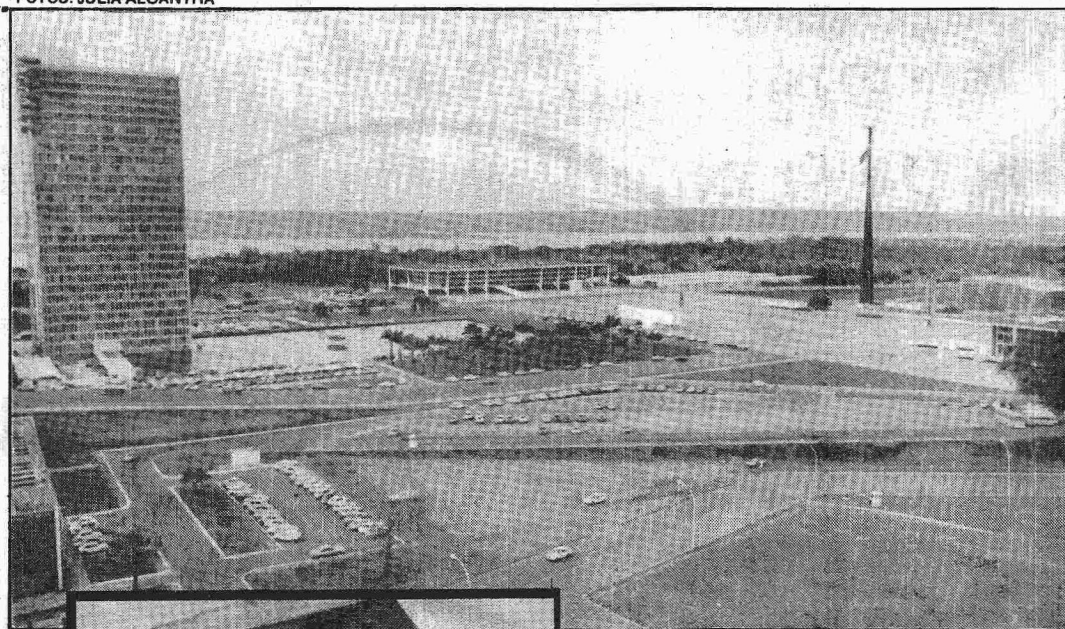
Ele cita o exemplo do Buritizero que foi tombado na praça da mesmo nome, ali diante do Palácio do GDF:

"Tombar um buritizero na praça não impede que ele venha a morrer por falta de cuidados. Então o fundamental é a preservação. O tombamento seria apenas a culminância de uma ação preservadora".

Mas da mesma forma que é a favor da retirada do mastro da Bandeira da Praça dos Três Poderes antes que ela seja tombada pela Unesco, o Prof. Coutinho é contra que se remova o "pombal" do Jânio.

"É uma exigência da população que esse pombal permaneça. Se esse pombal for retirado pelas autoridades será um gesto de desrespeito e insensibilidade pela opinião pública".

FOTOS: JÚLIA ALCANTRA



O piso quebrado em vários pontos da praça, chegando a formar poças d'água quando chove, o ponto de ônibus foi um dos "enxertos" ali colocados sem que se consultasse a opinião pública.